

Caso Escola Base: a cobertura de crimes sexuais infantis, espetacularização e a crise dos sistemas peritos¹

Lara Gama Santoro MOREIRA²
Alice Souza RAIMONDI³
Beatriz Motta BRANDÃO⁴
Hannahbella Costa QUEIROZ⁵
Isadora Gonçalves Eleutério Dias ARAÚJO⁶
Luisa Andrade FERREIRA⁷
Flávia Magalhães BARROSO⁸
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

A partir do documentário “Escola Base – Um repórter enfrenta o passado”, uma série de questionamentos ressurgiram sobre a cobertura ineficiente do caso de 1994, que resultou no linchamento de quatro indivíduos inocentes, na depredação de propriedade privada e em sequelas para todos os envolvidos, desde os acusados até os encarregados da apuração. O presente artigo analisará a cobertura feita pelo O Estado de S. Paulo do caso Escola Base, destacando aspectos que conduziram à espetacularização do caso, bem como o sentenciamento prévio dos atores envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola base; voyeurismo; sistemas peritos; jornalismo; violência.

Introdução

Apesar da cobertura do caso Escola Base ter acontecido há 29 anos, determinadas problemáticas podem ser atualizadas, de modo a estabelecer relações com

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: laragama2002@gmail.com

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: alicesr10@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: beatrizmottabrandao@gmail.com

⁵ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: hannah.bebella@gmail.com

⁶ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: isadoraeleuterio@gmail.com

⁷ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: luisaandrade1803@gmail.com

⁸ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFES, e-mail: flavia.barroso@ufes.br

o discurso jornalístico na contemporaneidade. A escolha desta temática se deu a partir do documentário “Escola Base – Um repórter enfrenta o passado”, lançado em 2022, em que se apresenta a saga de Valmir Salaro, jornalista responsável pela cobertura da TV Globo, em busca de redenção dos erros cometidos. O jornalista reencontra os personagens do caso e realiza, por diversos momentos, balanços de consciência sobre os erros cometidos e encara as consequências dos seus atos. Explora-se, portanto, a dimensão individual do trabalho do repórter sem que haja uma reavaliação das condições e do contexto da imprensa. Na contramão desta lógica, questiona-se quais aspectos estruturais do discurso jornalístico encontram-se na cobertura da Escola Base. Objetivou-se, portanto, apresentar a relação entre a cobertura do jornal O Estado de S. Paulo e determinadas críticas ao discurso publicado, de modo a demonstrar que os “equivocos” cometidos pelo repórter não tratam-se de um deslize individual, mas, ao contrário, estão imersos no *modus operandi* do jornalismo profissional.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa organizou-se em três etapas, nas quais foram analisados: 1) a dimensão mercadológica do jornalismo, as narrativas e a ficcionalidade do discurso (NASSIF, 2003); (MORETZSOHN, 2004); 2) o caráter moralista e o voyeurismo presente no noticiário sobre crimes sexuais (ALTHEIDE, 2002); (FAVA, 2005); (MACHADO, 2004); (MORETZSOHN, 2004) e 3) a análise do jornalismo enquanto sistema perito (MIGUEL, 1999); (GIDDENS, 1991).

Realizou-se a pesquisa a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), na qual examinaram-se 28 aparições, desde reportagens a notas, do jornal O Estado de S. Paulo, no período de abril a julho de 1994, e uma publicação de dezembro de 1999 sobre as indenizações do caso. A partir da análise de conteúdo, foi possível contabilizar e perceber uma maior frequência de utilização de certas palavras e fontes em períodos específicos, contribuindo para a elaboração de enquadramentos distintos durante a cobertura.

A escolha pelo Estadão deu-se, principalmente, pela facilidade do acesso on-line e gratuito de seu acervo, em que todas as edições já publicadas estão disponíveis. Além

disso, trata-se de um jornal muito popular e de grande circulação na cidade em que o suposto crime aconteceu: São Paulo. O conteúdo exclusivo obtido por suas reportagens sobre o caso da Escola Base foi outro fator de grande influência na determinação do periódico analisado. Nesse sentido, muitas informações inéditas sobre a investigação foram noticiadas pela primeira vez no jornal Estado de S. Paulo.

Já o *corpus* foi selecionado a partir do estabelecimento de três momentos cruciais do caso Escola Base: o surgimento da denúncia, a troca dos delegados e a apresentação dos novos laudos, desencadeando a absolvição dos acusados. A partir disso, foram analisadas todas as matérias divulgadas na época que tinham relação com os três períodos determinados, totalizando 28 textos.

Análise do caso

A imprensa dos anos 90 foi marcada pelo tom denunciatório e pela narrativa fantástica, por vezes, transversal à ficção (NASSIF, 2003, p.13). Em nome do espetáculo e subordinado ao capitalismo, o jornalismo serve-se de fórmulas-base que têm como objetivo envolver o público⁹. O caso Escola Base¹⁰ ficou conhecido como um dos maiores exemplos de má condução jornalística e judicial do Brasil e, mesmo três décadas depois, é preocupante encontrar as mesmas fórmulas narrativas nas coberturas jornalísticas atuais. Assim, faz-se necessário desvendar o modelo mercadológico, que prevalece apesar de se provar destrutivo e arbitrário, e identificar seus padrões a fim de refutar a lógica espetacularizada dos processos de produção jornalísticos.

No que tange a industrialização do jornalismo, pode-se dizer que houve um processo de subordinação da profissão à lógica do mercado. Agora, para se manter e se consolidar, o jornalismo passa a agir menos pela devoção à cidadania e mais às demandas do público. Segundo Sylvia Moretzsohn, não havia mais cidadãos a

⁹ Alguns exemplos de coberturas jornalísticas espetacularizadas são as referentes ao caso Eloá, o sequestro do ônibus 174 e a Lava-Jato.

¹⁰ O episódio consta na acusação de dois casais donos da Escola de Educação Infantil Base, Paula e Maurício Alvarenga e Aparecida e Icushiro Shimada. Os donos foram acusados de abusar sexualmente de dois alunos da creche a partir de um laudo do IML (que depois descobriu-se que era incorreto) que comprovava abuso. A escola foi depredada e os casais foram ameaçados e tiveram suas carreiras destruídas. Após meses de matérias jornalísticas que tratavam os acusados como culpados, mesmo sem nenhuma confirmação de abuso por parte da polícia, foi-se comprovada a inocência dos donos da escola.

esclarecer, mas consumidores a satisfazer (MORETZSOHN, 2004, p.2). Nesse sentido, na medida em que o esquentamento da notícia garante a permanência do público e a repercussão da matéria, a espetacularização surge como principal forma de cumprir tal premissa.

Dentre as peculiaridades da cobertura do caso Escola Base pelo jornal O Estado de S. Paulo, foram observadas algumas recorrências importantes a serem destacadas. A principal, que comprometeu a apuração nos primeiros meses do caso, foi a falta de voz dos acusados no jornal em comparação às vozes dos acusadores. A investida jornalística transformava suposições em material a ser pautado por meses. Mesmo sem provas conclusivas, as coberturas fundamentavam-se apenas em opiniões policiais sem comprovações, em um único laudo médico de uma das crianças que inicialmente confirmava o abuso e em depoimentos infantis e de seus pais angustiados.

Além disso, houve evidente exagero na descrição dos fatos, que aumentava progressivamente a cada edição do jornal. Essa característica já é notável na primeira publicação sobre o caso, em 31 de março de 1994. Na capa da edição, havia apenas a informação da acusação de abuso sexual contra o motorista da van que era responsável pelo transporte dos alunos, com base no depoimento dos pais de um menino que, segundo eles, afirmava ter sido violentado dentro da kombi. Na editoria de política, em uma nota que informava o pedido de intervenção na escola por um deputado, acrescenta-se à narrativa a suspeita de que as crianças eram usadas para filmes pornográficos. Por fim, na matéria sobre o caso publicada nesse mesmo dia, utiliza-se o termo “atos libidinosos” para caracterizar os abusos que supostamente teriam ocorrido. O tom problemático serve ao espetáculo, que sexualiza o crime ao utilizar o voyeurismo como estratégia.

A partir da observação da cobertura do caso feita pelo O Estado de S. Paulo, percebe-se que, antes da liberação dos acusados que haviam sido presos e do afastamento do primeiro delegado do caso – após a justiça considerar que o mesmo não havia provas concretas para sustentar as prisões –, cada acusado foi chamado apenas uma vez durante as duas primeiras semanas do surgimento do caso. Nas vezes que apareciam, usavam o espaço para declarar inocência perante as acusações e relatar o sofrimento com as depredações e com a má apuração dos fatos. Paralelamente à falta de

evidências que confirmassem o abuso estava o uso de palavras que denotavam uma pretensa margem de erro jornalístico: "suposto", "alegado" e "aparente abuso". Assim, pouco importaria o veredito final das acusações, já que mais significativo era evidenciar a posição de repúdio do jornal diante das hipóteses de um acontecimento tão perverso e corrompido.

Outra marca de apuração que corroborou para o espaço no imaginário que o caso obteve foi a ausência de imagens que comprovassem os acontecimentos, visto que, em diferentes dias, eram usadas fotografias repetidas, sendo as mais frequentes as dos acusados e a de uma família acusadora abraçando sua criança. Paradoxalmente à falta de fotos estava a criação de suposições sobre os detalhes do caso que eram, em sua maioria, baseadas no que as famílias relataram ter ouvido das crianças. Logo as hipóteses materializaram-se em depredações da escola e linchamentos, também abordados em edições do jornal, e os “supostos abusadores” sofreram danos que poderiam ter sido evitados.

O apelo à sexualização, um dos focos do presente trabalho, é amplamente utilizado como forma de espetacularizar o que seria um crime de abuso. Diante disso, fatores como a escolha de termos, a caracterização das pessoas envolvidas, a abordagem estigmatizada da homossexualidade e as representações visuais são a base da cobertura de grande teor explícito do O Estado de S. Paulo. A primeira demonstração da intenção do jornal é a substituição do termo “abuso sexual”, presente na capa da primeira edição, por “atos libidinosos”, na matéria do mesmo dia. O primeiro termo configura crime, enquanto o segundo exprime a ideia de consenso, retirando os menores do local de vítimas e colocando-os como atores do ocorrido. Além disso, as crianças de 4 anos, mesmo sem ter o entendimento do que caracteriza o ato sexual, são associadas a termos como “hábitos sexuais” e às preocupações dos pais sobre suas futuras vidas sexuais. Enquanto isso, há um grande esforço da narrativa de colocar os acusados na posição de verdadeiros criminosos sexuais. Além dos diversos termos utilizados para caracterizar o caso, – prostituição, pornografia, estupro e orgia – cria-se uma narrativa em que Maurício Alvarenga, motorista da van e marido de Paula, poderia ser dono de uma casa de prostituição no Centro.

Outrossim, diferentes jornais reproduziam as mesmas notícias, imagens e depoimentos, visto que não eram encontradas novas informações, e focavam em narrativas alternativas, como a fuga dos acusados, as possíveis ligações de Paula Alvarenga com a comunidade LGBTQIA+, a suposta casa de prostituição de Mauricio e a ligação das acusações contra os funcionários e sócios da escola com o caso do americano, Richard Pedicini, que tirava fotos impróprias de adolescentes em sua casa. No final, foi provada a desconexão entre os dois casos de abuso infantil; porém, a esse ponto, já haviam circulado nos jornais as fotos de Pedicini de pornografia infantil, as primeiras que representavam o conteúdo explícito de abuso.

Diante disso, o jornalismo permitia-se realizar apurações menos eficientes, tendo em vista a comoção do público e a urgência que o caso demandava. De fato, escândalos da mesma proporção aconteciam no mesmo período – o caso do Jogo do Bicho, por exemplo, que estampava a maioria das capas das edições que cobriam a Escola Base –, não sendo apurados de forma tão precipitada e impetuosa. O interesse da população em saber sobre o que os quatro acusados faziam com crianças era grande, de forma a condicionar os processos investigativos do caso. Seria mais rápido constituir um crime, do que comprovar a inocência de dois casais injustiçados.

Voyeurismo

Segundo Moretzsohn, o jornalismo tende a destacar matérias sobre crimes sexuais, principalmente contra menores de idade, porque podem ser associados ao discurso moralista puritano de punição, ao mesmo tempo que saciam o voyeurismo¹¹ do público (MORETZSOHN, 2004, p. 4). Desse modo, a cobertura do caso Escola Base utiliza tal estratégia para manter o público interessado, assustando a população e, ao mesmo tempo, instigando sua curiosidade. O jornal explora aspectos íntimos dos acusados, de modo a causar na população uma sensação de insegurança, principalmente em relação ao mundo infantil (ALTHEIDE, 2002). Assim, o viés sexual do caso é

¹¹ De acordo com o dicionário Michaelis, voyeurismo consiste em um distúrbio sexual em que o indivíduo obtém prazer por meio da observação, principalmente de pessoas nuas e realizando atos sexuais. Nesta análise, o voyeurismo entra como elemento que contribui para saciar a necessidade do público espetacularizado de obter detalhes acerca de crimes escandalosos, por mais invasivos e antiéticos que tais pormenores sejam.

aproveitado ao ponto de ser espetacularizado, sendo tratado de maneira similar a uma novela, a ser acompanhado diariamente pelos curiosos leitores.

Cria-se, então, um ambiente marcado pela síndrome da autoridade-desordem, em que os jornais noticiam a perda da ordem, gerando dúvida na população sobre a capacidade das autoridades de restaurá-la (BENNET, 2007). Essa narrativa levou a sociedade a agir por conta própria, por meio das diversas depredações sofridas pela escola e pela casa dos acusados, além de demandarem por ações mais eficazes em relação ao suposto abuso, na tentativa de restabelecer os valores que aparentemente haviam sido perdidos.

A criação de personagens pelos jornalistas também pautou a cobertura do caso, conferindo às fontes características unidimensionais para que o leitor pudesse identificar facilmente os "mocinhos" e os "vilões". Enquanto os depoimentos das mães eram a "verdade" do caso, os donos da escola eram pintados como monstros, culpados antes de qualquer prova concreta. O jornal, então, se aproveita da figura do pedófilo e da polarização entre o bem e o mal para chamar a atenção do público, que passa a protestar contra esse "monstro" (BAUMAN, 2000; MACHADO, 2004).

A espetacularização do caso, gerada e estimulada pelo O Estado de S. Paulo, foi agravada pelo pânico moral instaurado na população. Como os acusados eram considerados ameaças aos interesses da comunidade e aos valores sociais, por serem acusados de pedofilia, passaram a ser representados estereotipicamente (MACHADO, 2004). Termos utilizados pelo veículo para se relacionar aos acusados, como “monstros” e “vermes”, ajudam na construção de tal imaginário, contribuindo para sua demonização e degradação de suas imagens públicas (FAVA, 2005, p.86).

Tal relação é explicada pela psicologia, ao relacionar os conceitos de heurística da representatividade – atalho mental utilizado para classificar algo segundo a semelhança a um caso típico – e informação de distribuição – informação sobre a frequência de membros de determinados grupos populacionais. Na maioria dos casos, o ser humano tende a priorizar a heurística da representatividade ao fazer julgamentos sobre outros, focando mais nos estereótipos do que nas estatísticas (AROSON, E., WILSON, T.D.; AKERT, R. M, 2015, p. 46). Aplicando ao caso Escola Base, o leitor prefere acreditar que os acusados são pedófilos, apoiando-se na heurística da

representatividade, do que concentrar-se nos fatos, segundo a informação da distribuição.

Sistemas peritos

O conceito de sistema perito refere-se a um conjunto de mecanismos profissionais que conferem confiança à sociedade, sem que os usuários precisem avaliar a segurança de determinados serviços (GIDDENS, 1991); (MIGUEL, 2019). Para o teórico, o mundo moderno tem como característica o “desencaixe” das relações sociais e, por isso, aspectos essenciais do cotidiano dos indivíduos passaram a depender de grupos de pessoas que eles nunca conheceram e nunca conhecerão (GIDDENS, 1991). Giddens afirma ainda que os sistemas peritos possuem duas características principais: a dependência e a crença daqueles que se submetem a ele.

O jornalismo enquadra-se como um importante sistema perito, devido à crença do público na seleção e na forma com que as notícias são moldadas. Assim, constrói-se uma perspectiva em que o jornalista tem grande credibilidade e o jornal se torna um meio confiável e verídico, informando toda a população sobre acontecimentos relevantes. Uma vez que os consumidores são incapazes de presenciar, por conta própria, todas as questões noticiadas pelos veículos de comunicação, gera-se uma relação de segurança e convicção entre eles e o jornal. Essa relação estrutura-se, principalmente, pela necessidade social dos indivíduos de terem ciência e serem capazes de compreender o mundo que os cerca, consolidando o vínculo entre leitor e periódico.

Para Giddens, o jornalismo também é visto como um meta-sistema perito. Segundo o autor, eles teriam essa classificação pois possuem a função de reconhecer (ou não) os sistemas peritos. Diante disso, os jornais trazem em seus conteúdos informações e relatos que aprovam ou reprovam instituições que validam serviços utilizados pela população em geral.

Entretanto, o sociólogo possui uma visão bastante otimista acerca dos sistemas peritos. Para ele, tal conceito é capaz de trazer racionalidade e significativas reflexões para a sociedade, construindo um mundo em que o progresso e o bem-estar são produtos de uma autoconsciência. Essa autoconsciência é, justamente, resultado da relação

consolidada entre indivíduos e sistemas peritos. Diante disso, percebe-se uma utopia elaborada por Giddens sobre os sistemas peritos, carecendo de uma abordagem mais crítica acerca dos diversos pontos negativos do conceito.

Apesar da consistência da teoria, há tempos percebe-se falhas em sua estrutura. No jornalismo, ressalta-se a restrição do direito de fala das fontes, a dominância de narrativas disseminadas por veículos de comunicação hegemônicos e a manipulação dos fatos, devido à submissão econômica dos veículos de comunicação à conglomerados empresariais, como fatores que contribuem para a decadência da prática jornalística como sistema perito. Assim, a dominação através da restrição da autonomia de pensamento, ao enquadrar matérias em um determinado viés, controlando as informações que serão ou não divulgadas, influencia e aliena os espectadores, que confiam plenamente nas realidades retratadas pelo sistema.

Resgatando o caso de análise do presente trabalho, o caso Escola Base, pode-se afirmar que se tratou de um evento que evidenciou as problemáticas de encarar o jornalismo como um meta-sistema e sistema perito. A cobertura sensacionalista sem embasamento real dos fatos feita pelo jornal O Estado de S. Paulo, um dos mais populares do estado, retratou os donos da escola como culpados de um dos crimes mais perversos existentes: a pedofilia.

Uma acusação calcada em depoimentos duvidosos de crianças, laudos inconclusivos, a reação popular a favor da culpabilização e a espetacularização da investigação foram fatores decisivos para a construção do julgamento das pessoas que acompanhavam o caso pelos meios de comunicação. Nesse sentido, o lugar de sistema perito ocupado pelo jornal O Estado de S. Paulo se mostrou consideravelmente nocivo e danoso para aqueles que tentavam comprovar sua inocência, pois já estavam postos como abusadores de crianças pela mídia. Assim, o caso Escola Base pode ser visto como um grande exemplo das possíveis consequências que a crença do público no sistema perito pode causar.

Mídia e violência

A decadência do jornalismo como sistema perito é capaz de gerar muitas consequências no âmbito social, tornando-se produto de uma relação conturbada entre a mídia e a violência. Ao noticiar um fato, o jornal é responsável pelo entendimento que seu público terá sobre a situação. Entretanto, cada vez mais tem-se percebido uma falta de cuidado e responsabilidade por parte dos jornalistas ao escrever e noticiar casos. Tal carência pode ser considerada fruto da vulnerabilidade que atingiu a prática jornalística nos últimos tempos.

A partir disso, as informações não devem ser vistas sob uma perspectiva verdadeira e exata, precisando sempre serem questionadas e verificadas. Afinal, segundo Gomes (2009), “não há apenas fatos; não há tão somente interpretações. Há verdade e há perspectiva. O importante é não perder de vista a tensão da convivência destes dois termos imprescindíveis. Verdade na perspectiva, não verdade da perspectiva.”. A ausência de tal olhar mais crítico e apurado, que ignora ou desconhece essa tensão mencionada por Gomes, pode gerar resultados negativos socialmente, como o aumento do engajamento do público em matérias de casos que possuem apelo à dramatização e à espetacularização, mas que não se mantêm fiéis aos fatos.

Um exemplo disso foi o Caso Eloá, ocorrido em 17 de outubro de 2008. A jovem Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, foi sequestrada e morta pelo namorado, Lindemberg Alves Fernandes, de 22 anos. Foram 100 horas de transmissão do sequestro da menina. Durante cinco dias, a imprensa nacional reuniu-se do lado de fora do apartamento onde Eloá era mantida presa pelo ex-namorado. A espetacularização do caso e a construção de uma narrativa quase que literária permitiram uma grande repercussão do caso.

No dia 15 de outubro, a polícia fez um pedido aos profissionais da imprensa que cobriam o cárcere: para que se afastassem da área em que a menina era mantida presa. Entretanto, essa solicitação não impediu que as grandes empresas de comunicação parassem de ter contato direto com o sequestrador de Eloá. A morte da jovem foi divulgada antes de realmente acontecer, configurando mais um aspecto de construção de uma narrativa que tinha como objetivo a espetacularização e consequente atração do público.

O caso Eloá foi retomado em 2023 com o lançamento de uma nova temporada do programa Linha Direta, da Rede Globo. Em um formato que privilegia a investigação, o Linha Direta surgiu em 1999, com a proposta de revisitar casos criminais que tiveram grandes audiências. A partir de reencenações dos crimes e entrevistas com os envolvidos, o programa oferece ao telespectador a possibilidade de suprir a vontade e a curiosidade de se inserir na narrativa do crime como um investigador. Assim, o fato de haver um número de telefone – ou, na edição mais recente, um endereço de e-mail – aberto ao público para denúncias de novas informações, suscita um sentimento de maior envolvimento e participação no caso, superando os limites das narrativas espetacularizadas.

A volta do Linha Direta revela que, ainda hoje, essa relação entre a mídia e a violência se sustenta por meio da dramatização e ficcionalidade dos casos. Nesse sentido, o espectador é inserido como um personagem ativo da investigação jornalística, indo além do proposto pelas coberturas tradicionais e garantindo a manutenção das estratégias apelativas midiáticas.

Conclusão

Diante das reflexões expostas acima, infere-se que estratégias para cativar o público foram aplicadas na cobertura do caso Escola Base, forçando os limites da moralidade até o ponto da criação de um espetáculo noticioso contínuo. Nesse sentido, o jornalismo submete-se ao mercado: por meio do voyeurismo, do esquentamento de notícias e da espetacularização, a imprensa deixa de cumprir seu papel de informar com responsabilidade, subordinando-se às demandas do público e associando-se ao entretenimento. Portanto, o *modus operandi* do jornalismo profissional prioriza a espetacularização justamente por ser um caminho que supre as demandas mercadológicas encontradas na contemporaneidade. Assim, o jornalista, inserido nessa estrutura que superestima o entretenimento em detrimento da ética, reproduz falhas sistêmicas, como as analisadas no presente artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHEIDE, D. L. (2002). **Children and the discourse of fear**. *Symbolic Interaction*, 25(2), 229-250.

ARONSON, E. **Cognição Social: como pensamos sobre o mundo**. In: ARONSON, E., WILSON, T. D.; AKERT, R. M. *Psicologia Social* (G. J. Paiva, Trad.; 8a Ed.) (capítulo 3, p. 36-55). LTC Livros Técnicos e Científicos, 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENNETT, W. L. **News – The politics of illusion**. Nova Iorque: Pearson Longman, 2007.

FAVA, A. P. (2005). **O poder punitivo da mídia e a ponderação de valores constitucionais: uma análise do caso Escola Base**. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

MACHADO, C. **Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito**. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, v. 4, n. 7, 31 out. 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. **O jornalismo como sistema perito**. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, p. 197-208, mai. 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. **Em nome da 'justiça', contra o direito: os escândalos do jornalismo nas denúncias de pedofilia**. *Discursos Sediciosos* (Rio de Janeiro), Portugal, 2004.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Bernardo do Campo: Futura, 2003.

VOYEURISMO. **Dicionário Michaelis**. Disponível em:
<https://michaelis.uol.com.br/palavra/xRBnD/voyeurismo/>. Acesso em: 13 jun. 2023.